



VOLUME 06

ALEXSANDRO RODRIGUES
MATEUS SCHIMITH BATISTA
(org.)

Corpo, gênero, sexualidades e suas intersecções

Produção de subjetividades diante do impensado



Esta obra foi selecionada para integrar a “Coleção Pesquisa Ufes II”, a partir de Chamada Pública feita pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) aos programas de pós-graduação da universidade.

A seleção teve por base pareceres que consideraram critérios de inovação, relevância e impacto.

O financiamento da Coleção foi viabilizado por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de recursos do Tesouro Nacional.



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro

Vice-reitora

Sonia Lopes Victor

Chefe de Gabinete

Ana Paula Santana de Vasconcellos Bittencourt

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Ananias Francisco Dias Junior, Fátima Maria Silva,
Gleice Pereira, José André Lourenço, Margarete
Sacht Góes, Othon Souto Campos, Paulo Rogerio
Garcez de Moura, Rodrigo de Alvarenga Rosa,
Rogério Borges de Oliveira, Rosana Suemi
Tokumaru, Sandra Soares Della Fonte, Sergio
Lins de Azevedo Vaz, Telma Elita Juliano Valente

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

Seção de Design

Juliana Braga, Samira Bolonha Gomes

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Ana Paula Rubim,
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,
Maria Augusta Postinghel

Produção Cultural

Déborah Pinto Corrêa



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Projeto gráfico

Willi Piske Junior

Samira Bolonha Gomes

Revisão de texto, diagramação e capa

Als Comunicação e Estratégia

Imagem da obtida em <https://canva.com>

Supervisão

Edufes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Editora Universitária – Edufes, ES, Brasil)

C787 Corpo, gênero, sexualidades e suas intersecções: produção de subjetividades diante do impensado [recurso eletrônico] / Alexsandro Rodrigues e Mateus Schimith Batista (org.) Dados eletrônicos. – Vitória, ES : Edufes, 2026.
380 p. : il. ; PDF 4.978 kB - (Coleção Pesquisa Ufes II; 6)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-656-1

Modo de Acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Educação inclusiva. 4. Interseccionalidade. I. Rodrigues, Alexsandro. II. Batista, Mateus Schimith. III. Série.

CDU:159.9

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES 998-O

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Crimson Text.

E a dinâmica das relações sociais imbricadas criou as mulheres: uma análise materialista, imbricacionista e decolonial do sexo¹

Jules Falquet²

1 Este texto foi publicado inicialmente em francês: *Et la Dynamique des rapports sociaux imbriqués crée les femmes: une analyse matérialiste, imbricacionniste et décoloniale du sexe* (LEMARCHAND, Patricia; SALLE, Muriel (dir.). **Qu'est-ce qu'une femme?** Paris: *Matériologiques*, p. 107-130, 2023). Para esta publicação, com a supervisão e aprovação de Jules Falquet, o texto foi traduzido por Jessica Tatiane Felizardo, poeta, artista plástica, graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), com formação clínica em esquizoanálise pela Escola Nômade e mestrado em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), onde atualmente desenvolve o doutorado. Ela também é integrante do Grupo de Estudos em Sexualidades (GEPSs) e teve Jules Falquet como supervisora no Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior, estágio sanduíche em 2024, em Paris (França). Em referência ao título, parte de uma alusão ao nome do filme de Bardot, *Et Dieu créa la femme* (*E Deus criou a mulher*). O sexo pensado enquanto “classe social”, conforme pontuam os estudos na corrente feminista materialista (Nota da tradutora).

2 Jules Falquet é professora de Filosofia na Universidade Paris 8 St. Denis, onde leciona epistemologias feministas, lésbicas, minoritárias e decoloniais sob uma

Em resposta à pergunta “o que é uma mulher?”³, respondo sem hesitar, junto a Monique Wittig, que “A Mulher” é um mito e que só existem mulheres concretas, históricas e diversas. Com as feministas e lésbicas-sapatonas, Negras⁴, entre outras, acrescento que cada uma dessas mulheres ocupa uma posição bem definida nos sistemas de raça e classe vigentes no contexto histórico-geográfico em que vivem. A posição de cada mulher nesses outros dois sistemas e em outros, mesmo que os sistemas de sexo, raça e classe me pareçam ter uma relevância estrutural especial, é igualmente crucial para compreender tanto sua existência quanto sua posição como mulher.

Finalmente, com as feministas e lésbicas chicanas, eu respondo ainda que o “sujeito” mulher é muito mais complexo do que a concepção dominante ocidental, burguesa e masculina sugere. Com efeito, o modelo de sujeito que a define como autônoma, unificada e soberana não reflete a realidade de muitas pessoas feminilizadas, racializadas e pertencentes às classes populares, por exemplo.

Antes de desenvolver essa tripla reflexão, é fundamental descontruir o discurso naturalista profundamente ancorado no pensamento ocidental contemporâneo, o qual assume a existência de *duas e apenas duas categorias biológicas de sexo* na espécie humana, chamadas

perspectiva materialista e de imbricação das relações sociais. É autora de obras como *Imbrication. Femmes, race et classe dans les mouvements sociaux* (Imbricação. Mulheres, raça e classe nos movimentos sociais, Le Croquant, Paris, 2020, também disponível em espanhol) e *Pax Neoliberalia. Perspectives féministes sur (la réorganisation de) la violence* (Pax Neoliberalia. Perspectivas feministas sobre (a reorganização da) violência, Editions iXe, Paris, 2016, também disponível em espanhol e português).

3 Título do colóquio: *Gênero, diversidade e interseccionalidade: Repensando as identidades e opressões no mundo contemporâneo*, realizado em Nantes, nos dias 20 de novembro e 1º de dezembro de 2022, que resultou na redação deste artigo.

4 De acordo com o uso dessas feministas Negras, utilizo a letra maiúscula, em diferentes casos, para reafirmar a dignidade das pessoas designadas por termos historicamente empregados de forma pejorativa.

fêmeas e machos. De fato, como o demonstrou brilhantemente a filósofa Cynthia Kraus (2000), após extensivos estudos com profissionais de biologia com especialização em drosófilas⁵, a binaridade “biológica” fêmeas/machos é, na verdade, uma pura projeção ideológica sobre uma infinita variedade de corpos. Se observamos as características sexuais secundárias (geralmente, as únicas perceptíveis em interações sociais), a morfologia dos órgãos genitais, os órgãos reprodutivos, o sexo gonádico⁶, os hormônios e os cromossomos, e do peso que damos a cada uma dessas características para definir o sexo biológico, não conseguimos encontrar dois grupos claramente distintos. Em vez disso, observa-se uma “nuvem de pontos” que desafia qualquer tentativa de bicategorização clara. Além disso, as variações dentro de um mesmo grupo podem ser significativamente maiores do que as diferenças entre os grupos. Em resumo, embora os corpos possuam uma realidade e uma materialidade inegáveis, a biologia e a “Natureza”, estes estão longe de serem binários.

No entanto, nós poderíamos argumentar, parafraseando a socióloga Colette Guillaumin em relação à “raça” (1992 [1981a]): “Eu sei bem [que isso não é natural], mas, mesmo assim [‘os’ distingo à primeira vista, e ‘isso’ opera diariamente na vida das pessoas]”. De tal forma, dado que não podemos nos basear na biologia para identificar dois sexos distintos e, a partir disso, derivar dois gêneros como

5 O termo “drosófila” remete às moscas-de-frutas frequentemente utilizadas como modelo em estudos genéticos e biológicos. A autora explora a ideia de que a ciência não demonstra, de forma rígida, a existência de apenas dois sexos. Seu trabalho em laboratórios especializados com moscas-de-frutas investiga as dinâmicas do cotidiano científico desde a manipulação dos organismos até as interpretações dos dados. Isso posto, ela adota uma abordagem etiológica, que examina como o conhecimento é produzido e quais elementos estão envolvidos nesse processo (Nota da tradutora)

6 O sexo gonádico se refere ao sexo de um organismo definido pela presença de gônadas específicas (testículos, associados ao sexo masculino, ou ovários, ligados ao sexo feminino) (Nota da tradutora).

erroneamente sugerem os discursos estruturados em torno do sistema “sexo-gênero”⁷, torna-se necessário encontrar outras formas de explicar o que são as mulheres (e os homens).

Em síntese, neste texto, proponho apresentar três correntes de análise feminista que têm tentado definir e entender as mulheres e os homens em toda a sua diversidade e complexidade histórica, cultural e social. Primeiramente, abordarei como o feminismo materialista francófono propôs uma desnaturalização radical dos sexos, mostrando o que é “mulher”, e quem não é “homem”. Em seguida, explorarei as análises feministas Negras, que foram as primeiras a destacar a existência simultânea de múltiplos sistemas de opressão imbricados ou interseccionais, os quais produzem uma diversidade de mulheres. Finalmente, examinarei como as feministas chicanas e decoloniais estiveram na vanguarda de uma crítica profunda ao modelo dominante do sujeito-mulher, sendo esse um modelo herdado diretamente da matriz moderno-colonial, e heteropatriarcal e capitalista, do qual adoecemos desde 1492.

As mulheres não são naturais: as feministas materialistas francófonas

Já no ano de 1949, Simone de Beauvoir formulou a famosa afirmação de que “não se nasce mulher”, argumentando que o processo de se tornar mulher não é, de forma alguma, determinado por uma fatalidade biológica. Todavia, sua afirmação provocou um grande escândalo e, somente após mais de 20 anos, com o impulso de um movimento coletivo, “a raiva das oprimidas” (Guillaumin, 1981b) conseguiu novamente questionar de frente, de novo, a pesadíssima

7 Também criticada com razão, mas de forma mais tardia, por Judith Butler a partir de 1990.

ideologia naturalista e biologicista que marcou o pensamento ocidental desde o século XIX.

Guillaumin, Delphy, Mathieu: a sociologia contra o naturalismo

Foi trabalhando sobre ideologia racista, que a socióloga francesa Colette Guillaumin (2002 [1972]) chegou a ser a primeira a reverter a análise naturalista da opressão⁸. De fato, ela analisa os mecanismos de *alterização*, dito de outra forma, a *designação* e a *fabricação de outros-diferentes*, como sendo a base da opressão. Ela desmonta o que, até então, era considerado uma evidência indiscutível: a crença de que o racismo nasceria em base a traços físicos, psíquicos ou culturais de um grupo previamente existente, considerado desagradável ou problemático por outro grupo já constituído. Ao contrário, Guillaumin demonstra que um grupo se constitui como um grupo dominante ao serem atribuídos meios de nomear e construir um grupo como “Outro”. Em verdade, é a opressão que cria simultaneamente os diferentes grupos, fazendo aparecer, como naturais, intrínsecas e específicas, certas características atribuídas pelo grupo opressor ao grupo oprimido (por meio de um processo de *marcação*, muitas vezes física e, às vezes, inscrita diretamente no corpo), enquanto o grupo opressor se apresenta como neutro, normal e universal (JUTEAU, 2020).

Durante esse período, que foi de hegemonia do marxismo, a originalidade de Colette Guillaumin consistiu em pensar a raça como uma prática de alterização, a qual, segundo ela, se aplica tanto às(aos) proletariadas(os), às(aos) alienadas(os), aos homossexuais ou às mulheres (Guillaumin, 2002 [1972]; Juteau, 2020). Na mesma

8 Em sua tese de doutorado, defendida em 1969, intitulada *Um aspecto da alteridade social, a ideologia racista*, publicada em 1972 sob o título *L'idéologie raciste. Genèse et langage actuel* (GUILLAUMIN, 2002 [1972]).

época, outra socióloga, Christine Delphy, publicou um artigo que se tornaria uma referência: *O Inimigo Principal*⁹. Nesse texto, a autora argumenta que as mulheres não constituem um simples conjunto definido pela condição de seres fêmeas, mas, sim, uma classe com interesses comuns. Essa classe é composta por pessoas que a sociedade obriga a ceder sua força de trabalho de forma integral e ininterrupta, em troca de sustento material, principalmente por meio da instituição do casamento, dentro do que ela denomina de “modo de produção doméstico” (DELPHY, 1970).

Naquele mesmo ano, a socióloga e antropóloga Nicole-Claude Mathieu¹⁰ propôs a primeira definição propriamente sociológica das categorias de sexo, em uma comunicação apresentada no VII Congresso Mundial de Sociologia, a qual logo foi publicada na revista *Epistémologie Sociologique*, no ano seguinte (MATHIEU, 2013 [1971]). Nessa comunicação, ela faz um paralelo entre três variáveis ou categorias frequentemente empregadas na Sociologia, mas tratadas com um rigor científico muito desigual. Ela observa que a “classe/categoria socioprofissional” é hoje plenamente reconhecida como uma variável sociológica, pois um conjunto de lutas sociais permitiu desnaturalizá-la. A idade, embora continue sendo associada a uma noção biológica, vem sendo tratada com um crescente rigor sociológico, à medida que a “terceira idade” e a “juventude” começam a levantar uma série de problemas sociais. Já o sexo continua extremamente naturalizado, apesar de o (re)aparecimento do movimento das mulheres desde os anos 1960 oferecer a Nicole-Claude Mathieu (2013) a esperança de

9 Esse texto encontra-se disponível na versão em português no seguinte link: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2310/2057> (Nota da tradutora).

10 Entre 1969 e 1972, ela participou, junto com Colette Guillaumin e a socióloga e historiadora Colette Capitan, do grupo informal denominado “Laboratório de Sociologia da Dominação” no CNRS.

que essa categoria também seja cada vez mais politizada e, portanto, abordada de maneira sociológica/científica.

Dito isso, Nicole-Claude Mathieu sustenta que, uma vez que se tenha reconhecido o sexo como um fato sociológico, não é suficiente “adicionar” as mulheres como uma subcategoria ou variação do que é descrito para os homens, tidos como a “normalidade universal”. Pelo contrário, é necessário recolocar os homens no mesmo nível que as mulheres, “especificando-os” também como outra expressão particular da experiência humana. Entretanto, cuidado! É importante ressaltar que, ao contrário do que afirma o discurso da Natureza, que defende a existência de uma simples binaridade “natural”, complementar e simétrica, as duas categorias sociais, de mulheres e homens, não são simétricas. Longe disso, elas são criadas a partir de relações de poder, o qual se nomeia de relações sociais de sexo¹¹, que são relações sociais estruturais *dialéticas* e *antagônicas*. Assim como a burguesia só existe em relação ao proletariado, mulheres e homens só existem e tem sentido relativamente uns com os outros:

[...] já que em nossas sociedades as duas categorias de sexo abrangem a totalidade do campo social, parece lógico que toda especificidade de uma só possa ser definida em relação à especificidade da outra, e que uma como a outra não possam ser estudadas isoladamente, ao menos sem que antes tenham sido plenamente conceituadas como elementos de um mesmo sistema estrutural¹² (MATHIEU, 2013 [1971], p. 36-37).

11 Relações *de* sexo, e não *entre* os sexos, pois são essas próprias relações que criam os sexos, e não são relações que surgem magicamente entre dois grupos naturais que já existiriam previamente.

12 Os *itálicos* são de Mathieu. Em 1970, nas sociedades ocidentais, a questão trans era pouco visível tanto em termos numéricos quanto políticos. Em 1985, Mathieu destacou o caráter profundamente naturalista (mas também arbitrário e contingente) das conceitualizações ocidentais dominantes sobre sexo, gênero e sexualidade. Quanto à multiplicação de corpos e teorizações trans nos últimos

Pensar a relação social que cria o sexo: a teoria da sexagem

A reflexão continua a amadurecer, impulsionada pela força do movimento das mulheres, que ganha destaque ao longo da década. Porém, é com a criação da revista *Questions féministes*, que reúne pensadoras como Mathieu, Delphy e Guillaumin, sob a liderança simbólica de Simone de Beauvoir, que o debate atinge uma nova relevância.

De fato, no segundo número da revista, Guillaumin (1992) propõe um novo conceito: as “relações de sexagem”. Esse conceito é definido por ela como umas das relações de “apropriação física, tanto coletiva quanto privada, da pessoa em sua totalidade, vista como um “corpo-máquina-força-de-trabalho”¹³. Essa apropriação das mulheres como classe de sexo pelos homens segue, segundo Guillaumin, uma lógica semelhante à do servilismo da Europa medieval e à da escravidão nas plantações das colônias caribenhas e americanas do século XVIII (GUILLAUMIN, 1992 [1978]).

Algumas pessoas, ao lerem Colette Guillaumin com uma visão muito superficial da história da escravidão, tentaram ver no seu trabalho uma analogia (perigosa, distorcida ou completamente equivocada) entre o sofrimento das mulheres e das pessoas colocadas em estado de escravidão, ou ainda entre mulheres e pessoas Negras, como foi repetidamente feito pelo feminismo branco e burguês nos Estados Unidos

anos, embora fascinantes (especialmente as abordagens afrotrans (DANJÉ, 2021; GABRIEL, 2021)), essa questão ultrapassa amplamente o escopo deste artigo. Todavia, veremos mais adiante que as perspectivas decoloniais ressaltam a especificidade da compreensão ocidental contemporânea (moderna-colonial) sobre sexo, gênero e sexualidade.

13 Posteriormente, Guillaumin (2016 [1993]) analisou de forma implacável como os corpos das mulheres (assim como os dos homens, embora estes gozem de maior liberdade) são socialmente construídos – alimentados, vestidos, exercitados e disciplinados – influenciando sua corpulência, motricidade, mobilidade e, evidentemente, sua estética.

nos séculos XIX e XX. Essa interpretação impõe uma leitura moralizante, bem distante da intenção de Guillaumin. Diane Lamoureux (2020) argumenta que Guillaumin estabelece uma homologia entre sexo e raça. No entanto, acredito pessoalmente que Guillaumin oferece uma contribuição mais rica ao permitir pensar a lógica e a *dinâmica* das relações sociais de sexo de maneira historicizada, no contexto da instalação do modo de produção capitalista. Esse processo começa com a lenta transformação do servilismo europeu e se estende com a escravidão nas plantações coloniais (FALQUET, 2015; ABREU, FALQUET, FOUGEYROLLAS & NOÛS, 2020; FALQUET, 2020).

Em 1978, Guillaumin deixa claro que é uma relação social estrutural, que ela denomina de “sexagem”, a responsável pela criação do sexo ou, se preferirmos, das categorias de “mulheres” e “homens”. Vale ressaltar que a “sexagem” não se refere à organização cultural de relações interindividuais entre fêmeas e machos, que seriam “sempre já existentes” na Natureza. Trata-se, na verdade, de “uma relação geral de classe em que o conjunto de uma [classe] está à disposição da outra”. É essa relação social que dá origem ao que Guillaumin chama de “classe de sexo de mulheres” e “homens” (1992 [1978]).

Guillaumin insiste no fato de que as relações de sexagem moldam completamente a individualidade física, tanto a mente quanto o corpo da pessoa, enquanto o senso comum reduz a apropriação das mulheres pelos homens a pulsões libidinosas ou a uma vontade de controlar seu útero. A socióloga afirma que esse corpo moldado pela apropriação não é criado prioritariamente como sexual, ou mesmo principalmente como procriativo, mas de forma mais global como “corpo-máquina-força-de-trabalho”, cuja delicadeza e precisão dos movimentos, a paciência, mas também a capacidade de suportar esforços físicos ou mentais prolongados realizando tarefas repetitivas, exaustivas, ou sujas dentro das casas, nos campos ou nas fábricas, são tão essenciais, mas frequentemente menos valorizadas do que a silhueta curvilínea.

Monique Wittig: as lésbicas-sapatonas não são mulheres

Foi de novo na revista *Questions Féministes*, em 1980, que foram publicados dois artigos¹⁴ destinados a passar à posteridade, intitulados: *La pensée straight* (O pensamento straight) e *On ne naît pas Femme* (Não se nasce mulher)¹⁵, de Monique Wittig. Profundamente inspirada na reflexão de Collete Guillaumin acerca dos processos de alterização e sua análise mais concreta das relações de sexagem, Monique Wittig analisa, com um novo olhar, a categoria “mulher” nesses ensaios.

Para Monique Wittig, essa categoria, sistematicamente apresentada como natural dentro das sociedades ocidentais contemporâneas, não é nada mais que um mito. Em nome de “A Mulher”, essas sociedades moldam e “contrafazem” literalmente as mulheres, destinando-as à reprodução social e, para isso, à sexual¹⁶. Para esse fim, elas

14 Esse material se encontra na obra com tradução em português intitulada: *O pensamento Hétero*, traduzida por Máira Mendes Galvão, no ano de 2022, pela editora Autêntica de Belo Horizonte, MG. Sobre essa tradução para o português, é incorreto traduzir “straight” por ‘hetero’. Wittig usou “straight” para expressar algo mais profundo [...] (Nota da autora).

15 A conferência *The Straight Mind*, que deu origem ao artigo *La pensée straight*, foi proferida na *Modern Language Association de Nova York* em 1978. *On ne naît pas Femme* é resultado de um colóquio internacional realizado nos Estados Unidos em 1979, para comemorar os trinta anos da publicação de *O Segundo Sexo* (LASSERRE, 2018).

16 Ao estudar em diferentes sociedades e culturas a prática social do infanticídio, que leva mulheres que levaram uma gravidez até o fim e deram à luz não se tornarem mães, Mathieu (2013 [1977]) evidenciou o caráter eminentemente social da maternidade. Paola Tabet (1985), antropóloga italiana francófona estreitamente vinculada às materialistas francesas, mostrou posteriormente que as potencialidades reprodutivas das mulheres não eram um dado natural bruto, e muito menos uma fertilidade generosa ou incontrolável. Pelo contrário, a fertilidade das fêmeas humanas é relativamente reduzida em comparação com outras espécies de mamíferos e é objeto de uma organização social e de um

são apresentadas como diferentes e complementares aos seres que se proclamam universais-neutros-masculinos, os homens. Sua suposta alteridade radical não é mais do que o resultado de uma *feminização permanente*, absolutamente arbitrária e contingente. Esse processo se dá, em particular, por meio de uma sexualização constante: as mulheres são “o sexo” em toda a polissemia do termo e são formatadas como as parceiras obrigatórias e exclusivas dos homens.

Todavia, longe de se reduzir a práticas sexuais pontuais relacionadas a desejos individuais e espontâneos, a heterossexualidade inclui claramente, para Wittig, a obrigação coletiva das pessoas socialmente construídas como mulheres a procriar, a criar crianças e a realizar o trabalho doméstico em benefício dos homens. Essa obrigação constitui, de fato, a base ideológica da apropriação coletiva teorizada por Guillaumin, ao mesmo tempo que sustenta as manifestações concretas da apropriação individual.

A chave de todo esse sistema é uma ideologia ainda mais perigosa, pelo fato de se tornar invisível ao se apresentar como uma ordem natural, como um “sempre-já lá”, sobre a qual se apoia uma pessoa como Jacques Lacan para decifrar as invariantes universais do inconsciente, ou outra como Levi Strauss, para revelar os fundamentos da cultura. Essa ideologia, que Monique Wittig (2007 [1980]) qualifica como totalitária e que constitui um dos maiores impensados da cultura ocidental contemporânea, é a ideologia da *diferença sexual*, que a autora denomina de “pensamento *straight*”. Ou seja, esse novo nome que ela dá à heterossexualidade permite-lhe enfatizar que não se trata tanto de uma sexualidade, mas de um regime ideológico-político-econômico, baseado na afirmação arbitrária, e nunca comprovada, da existência de uma “diferença” absoluta e irreduzível entre apenas dois sexos que existiriam de forma natural, universal e eternamente. Na realidade, a construção social e política dessa suposta “diferença dos sexos” permite ao grupo dominante se constituir e se

controle rigoroso, na maioria das vezes visando à sua maximização.

afirmar como tal, criando um Outro diferente, A Mulher. Contudo, Wittig usa a acusação de que algumas mulheres homossexuais “não são ‘verdadeiras’ mulheres” como uma prova evidente do caráter artificial, social, dessa categoria. Sobretudo, ela se apoia na existência de comunidades lésbicas, cujas participantes se recusam conscientemente a ser ou a continuar sendo mulheres no sentido de Guillaumin, ou seja, constituídas por relações de apropriação, para esclarecer toda a lógica da construção ideológica *straight*.

Dessa forma, ao longo dos anos 1970, as materialistas francófonas estabeleceram claramente que as categorias de sexo (o “sexo”, que algumas pessoas passaram a chamar de gênero) são *fenômenos sociais*. As mulheres e os homens não se baseiam em nenhuma categoria biológica preexistente, mas são *categorias antagonistas* produzidas por uma *relação estrutural de poder*, organizada em favor dos “homens”, que, *em seguida*, (de)forma os corpos e as mentes para encaixá-los em apenas duas categorias fortemente naturalizadas.

Nós não somos apenas mulheres: as feministas negras dos Estados Unidos

Na mesma época, feministas e lésbicas-sapatonas Negras estadunidenses oferecem outra perspectiva sobre a questão, a partir de outra experiência situada. Ao analisar sua situação de mulheres Negras e de origem popular, elas revelam a lógica global do funcionamento social.

O duplo perigo [*double jeopardy*]: ser ao mesmo tempo negra e mulher

Ao contrário da narrativa dominante, que apresenta o movimento feminista como estruturado em “ondas” sucessivas, ele é, na verdade, desde o início, atravessado por diversas *correntes*, que vão das mais

antinaturalistas às mais essencialistas. Nesse contexto, embora o feminismo focado nos interesses de mulheres brancas, de classe média e heterossexuais seja um dos mais visíveis, outras correntes, atentas às questões de classe e/ou raça, têm existido pelo menos desde 1851 nos Estados Unidos. Essas correntes foram lideradas principalmente por mulheres diretamente tocadas pelas diversas situações, como mulheres Negras escravizadas ou libertas, proletárias migrantes europeias e, mais tarde, no Sul Global, mulheres Indígenas, mulheres Afrodescendentes, e lésbicas-sapatonas, que podem ou não fazer parte de todas essas categorias. Foi nesse cenário que, no fim da década de 1960, emergiu uma virada teórica, possibilitando a formulação de análises inovadoras sobre as ligações entre sexo, classe e raça.

Dessa forma, em 1968, no mesmo ano em que Martin Luther King foi assassinado, e quando o governo reprimia com violência o Partido dos Panteras Negras, enquanto se retiravam progressivamente do Vietnã, várias participantes do *cáucus* de mulheres do (agora famoso) Comitê de Coordenação Estudantil Não Violento (SNCC)¹⁷ formavam-se em aliança com as lutas anti-imperialistas e anticoloniais porto-riquenhas e com os países em desenvolvimento, a primeira organização Negra da época a se declarar abertamente feminista: *Third World Women's Alliance* (TWWA)¹⁸. Entre suas integrantes mais ativas, estava a sindicalista Negra Frances Beal¹⁹, autora de um dos primeiros textos a destacar os efeitos conjuntos da raça e do sexo, tanto nos Estados Unidos quanto no resto do mundo, em um curto e denso documento intitulado *Doble Jeopardy: to be Black and Female* (BEAL, 1970 [1969])²⁰. Entre 1971 e 1975, o boletim criado

17 *Third World Women's Alliance* (TWWA).

18 *Third World Women's Alliance* (TWWA).

19 Frances Beal é filha de uma mãe judia russa e de um pai afrodescendente e indígena.

20 *Double Jeopardy: To Be Black and Female* (BEAL, 1970 [1969]), texto disponível na versão em inglês em: <https://www.jstor.org/>

pelo TWWA passou a adotar o nome de *Triple Jeopardy*, com o lema: “Contra o racismo, o imperialismo e o sexismo”. A afirmação explícita do caráter múltiplo das fontes de opressão começa, a partir daí, seu longo caminho.

O coletivo *Combahee River*²¹

O Coletivo *Combahee River* (CCR) é um grupo de feministas e lésbicas-sapatonas Negras fundado em 1974, em Boston. É esse coletivo que finalmente formula, em sua Declaração Feminista Negra, a análise de que estamos, na verdade, diante da *imbricação* de vários sistemas de opressão²². Mais especificamente, ele nomeia quatro sistemas de opressão: o racismo, o patriarcado, o capitalismo e a heterossexualidade (*Combahee River Collective*, 2006 [1979]). Mas o ponto central, em sua análise, é a ideia de *imbricação*, que se refere ao fato de que esses sistemas de opressão atuam de forma *simultânea* em suas vidas e que elas recusam, a partir desse momento, continuar *hierarquizando* os efeitos desses sistemas de opressão.

stable/40338758?read-now=1&oauth_data=eyJlbWFpbCI6Implc-3NpY2F0YXR5eXkxMkBNbWFpbC5jb20iLCJpbnN0aXR1dGlvbklycyI6W-10slnByb3ZpZGVyIjojZ29vZ2xln0&seq=3#page_scan_tab_contents.

21 Existe uma tradução para o português, de autoria de Keeanga-Yamahatta Taylor, intitulada *Como Nos Libertamos: Feminismo Negro e o Coletivo Combahee River*, publicada pela editora Bolha. Também há a tradução de Jair Pinheiro do texto *História do Coletivo Combahee River*, de autoria de Jules Falquet. O artigo está disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46660> (Nota da tradutora).

22 O texto foi escrito em 1977 e publicado em 1979, em uma coletânea organizada por Zillah Eisenstein, embora algumas fontes indiquem que uma versão preliminar já circulava em 1975 (Judith Ezekiel, comunicação pessoal, ocorrida no mês de dezembro de 2002).

Foi a partir de sua própria experiência pessoal e militante dentro do movimento negro, das mulheres e na esquerda, que elas formularam essa análise. Elas recusam que as pessoas continuem a pedir para que sejam, antes de tudo, solidárias com o movimento negro/ feminista/ de luta de classes/ lésbico (sapatão). Para elas, isso é exaustivo, impossível e absurdo, pois, em sua experiência, elas são tudo isso “ao mesmo tempo”, e os sistemas de opressão funcionam de maneira conjunta, estreitamente interdependente.

Na prática, para se libertarem das exigências de lealdade contraditórias, e para finalmente lutarem pela totalidade de suas necessidades a partir da plenitude da integralidade de quem elas são, elas se organizam em uma tripla autonomia: de sexo, de raça e de classe²³. No entanto, elas enfatizam o caráter antinaturalista de suas análises: “Como mulheres Negras, consideramos que qualquer determinismo biológico constitui uma base política perigosa e reacionária” (*Combahee RiverCollective*, 2005).

Elas não se fecham, de forma alguma, sobre um conjunto de identidades que seriam biológicas; ao contrário, buscam, ativamente, alianças com todos os tipos de outros movimentos. De fato, elas acreditam que sua posição social específica lhes confere uma visão política específica e particularmente clara, mas também que, justamente por causa de sua situação, sua luta é a mais abrangente: “Poderíamos usar nossa posição completamente embaixo da escada para dar um impulso decidido à ação revolucionária. Se as mulheres negras fossem livres, todas as outras pessoas também seriam livres, pois nossa liberdade implica a destruição de todos os sistemas de opressão” (*Combahee RiverCollective*, 2005).

Dessa forma, uma das grandes forças da análise das mulheres do Coletivo *Combahee River* é que, a partir de sua posição política

23 Notamos que, de fato, elas começam como um “capítulo” da *National Black Feminist Organization* (NBFO), recém-formada em Nova York, mas da qual se desligam por considerá-la “burguesa demais” (FALQUET, 2006).

específica, elas se dirigem a todas as pessoas, sublinhando que cada uma dessas pessoas têm uma posição particular (e complexa) nos sistemas de opressão imbricada, e pode contribuir, a partir dessa posição, para a luta coletiva.

Nem todas as mulheres são brancas...

O grupo, infelizmente, se desfez após sua primeira grande mobilização, em 1979, contra uma série de feminicídios que afetaram quase exclusivamente mulheres Negras. Contudo, antes da sua dissolução, conseguiu tecer uma política de alianças com o movimento Negro, os grupos de mulheres e as organizações sociais dos bairros Negros onde elas moravam. Três anos depois, Barbara Smith, uma das fundadoras do Coletivo *Combahee River*, publicou, com duas companheiras, Patricia Bell-Scott e Akasha (Gloria T.) Hull, uma coletânea com o título revelador: *All the Women Are White, All the Blacks Are Men, but Some of Us Are Brave: Black Women's Studies*²⁴ (HULL, BELL-SCOTT e SMITH, 1982). Elas apontam, assim, um ponto cego pelo menos tão importante quanto o pensamento *straight*: a invisibilização, na interseção da raça e do sexo, das pessoas que são, ao mesmo tempo, Negras/os e mulheres. Mais especificamente, elas destacam a necessidade de pensar a partir da situação concreta dessas mulheres Negras.

Foi ao se posicionar de forma explícita nessa perspectiva que, alguns anos depois, a jurista Negra Kimberlé Crenshaw propôs uma nova ferramenta para pensar o direito e as discriminações particulares que atingem essas mulheres, entre outros no campo dos sindicatos e

24 A tradução para o português do título da obra seria: *Todas as Mulheres São Brancas, Todos os Negros São Homens, E Algumas de Nós, Corajosas: Estudos sobre Mulheres Negras*. Ainda não há tradução oficial da obra completa para o português. Porém, a versão em PDF do texto original está disponível para *download online* (Notas da tradutora).

na luta contra as violências. No âmbito sindical, como mulheres, elas têm dificuldade em serem consideradas representativas do conjunto das pessoas Negras e, como Negras, em serem reconhecidas como representativas das mulheres em geral. Dentro da luta contra as violências, as instituições e o movimento feminista majoritário falham em perceber que as violências sexistas que elas vivem são alimentadas por lógicas racistas e de classe, enquanto elas mesmas devem evitar alimentar os discursos racistas e classistas ao denunciarem abusos dentro de “sua comunidade”.

Assim, em uma série de artigos publicados entre 1989 e 1991, Kimberlé Crenshaw propôs um novo termo para iluminar a situação específica das mulheres Negras, a *interseccionalidade*, que qualifica sua posição no cruzamento geralmente invisibilizado de várias opressões, das quais a raça e o sexo são frequentemente as mais destacadas, mas na qual ela inclui também a classe e, mesmo que rapidamente, a lesbofobia (CRENSHAW, 1989, 1991, 1992). Sabe-se que esse termo de interseccionalidade, que ela considerava inicialmente provisório, teve, desde então, um sucesso mundial (DAVIS, 2015). É sabido, também, que foi forjado dentro e na continuidade de longas e duras lutas por justiça social: sua apropriação pelo mundo branco, acadêmico e/ou masculino, levou ao seu “branqueamento” e, consequentemente, a uma certa perda de radicalidade (BILGE, 2015; HILL COLLINS, 2015).

Muitas outras feministas Negras, no Caribe, no Brasil ou na França, chegaram também a conclusões semelhantes quanto à necessidade de pensar a simultaneidade de diversas opressões (THIAM, 1978; GONZÁLEZ, 2015; CURIEL, 1999). Graças às análises de todas elas, agora é difícil ignorar que as mulheres nunca são apenas mulheres, mas que os sistemas de classe e de raça são igualmente importantes para pensar sua vivência. Sobretudo, elas estabeleceram firmemente que os efeitos desses diferentes sistemas não devem ser compreendidos como uma soma de estigmas, mas como a produção de uma posição específica, com muitos inconvenientes, mas também com

vantagens em relação aos homens negros ou às mulheres brancas, como o apoio de estruturas familiares centradas nas mulheres (Gino-cêntricas), ou de Igrejas Negras (HILL COLLINS, 2016). Sua posição social específica também lhes confere um inegável “privilégio epistêmico” (HILL COLLINS, 1986), como ilustra, aliás, sua produção teórica excepcional.

O que a imposição de gênero deve ao processo colonial

Por fim, uma terceira corrente de análise importante surge de feministas e lésbicas-sapatonas que viveram por muito tempo (ou toda a sua vida) nos Estados Unidos, mas que pensaram tanto em espanhol quanto em inglês e, sobretudo, em vinculação com as ontologias do “Sul Global”. Nessa perspectiva, a questão do “que é uma mulher” implica, para elas, antes de tudo, refletir sobre a simultaneidade do sexo e da raça, mas, principalmente, questionar a noção dominante de “sujeito”.

Gloria Anzaldúa

A chicana²⁵ Gloria Evangelina Anzaldúa foi a primeira, na década de 1980, a utilizar o termo “*queer*”, até então usado como insulto, revertendo seu significado e transformando-o no pivô de sua reflexão teórica. Sua abordagem incluiu um firme ancoramento na militância

25 Fundamentalmente, a população chicana dos Estados Unidos é composta pelas pessoas descendentes das pessoas mexicanas que viviam em 1848 no norte do México, quando um terço do território mexicano foi anexado pelos Estados Unidos pelo tratado de Guadalupe Hidalgo. Essa população é diferente da migração mexicana, pois possui, há muito tempo, a cidadania norte-americana e nunca migrou: foi a fronteira que se deslocou.

chicana, antirracista, popular, feminista e lésbica-sapatona, e uma tentativa de entrar plenamente no mundo acadêmico, onde enfrentou múltiplas formas de apagamento (BACCHETTA e FALQUET, 2011). Junto com Cherrie Moraga, ela publica, já em 1981, a famosa coletânea de textos de mulheres “de cor”, *This Bridge Called My Back*, que dá continuidade ao projeto de aliança entre mulheres racializadas defendido por feministas Negras, como Barbara Smith, do Coletivo *Combahee River*.

Em um de seus ensaios mais famosos, *La conciencia de la mestiza* (1987)²⁶, ela explica como, enquanto chicana, várias culturas esperam sua lealdade (notavelmente, a cultura estadunidense anglo-saxônica, protestante, branca, mas também a cultura mexicana e, dentro dela, apesar do apagamento colonial, as culturas indígenas), sua personalidade é múltipla, atravessada por vozes que a chamam cada uma de seu lado. O resultado é, potencialmente, um estado de desgarramento particularmente desconfortável:

“A ambivalência causada pelas vozes que se chocam leva a estados mentais e emocionais de perplexidade. O conflito interno resulta em insegurança e indecisão. A personalidade dual ou múltipla da *mestiça* é atormentada pela agitação psíquica [...] Em um estado constante de hibridismo mental (*nepantlismo*), termo asteca que significa ‘rasgada ou atravessada entre vários caminhos’, a *mestiça* é um produto da transferência dos valores culturais e espirituais de um grupo para outro [...] Embalada em uma cultura, presa entre duas culturas, saltando entre as três culturas e seus sistemas de valores...” (ANZALDÚA, 2011).

Todavia, Anzaldúa propõe, para encontrar uma saída, a figura da *Nova Mestiça*, que é bem mais do que uma pessoa miscigenada.

26 Texto disponível na obra *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*, publicada em 1987. Ainda não temos a versão em português, apenas em espanhol (Nota da tradutora).

Trata-se, para ela, de afirmar uma subjetividade particular baseada na contradição, na ambiguidade:

A nova *mestiça* se sai bem ao desenvolver uma tolerância para as contradições, uma tolerância para a ambiguidade. [...] Ela tem uma personalidade plural, opera de forma pluralista — nada é expulso, o bom, o mau e o feio; nada é rejeitado, nada é abandonado” (ANZALDÚA, 2011).

Assim, a mulher chicana, racializada e de classe popular, é bem diferente do sujeito masculino anglo, que possui o privilégio de ser um sujeito da consciência unitária, homogênea, não contraditória e “universal”.

O “sujeito” mulher de *This Bridge Called my Back*²⁷, segundo Norma Alarcón

No entanto, é a grande teórica chicana Norma Alarcón que, ao revisar a recepção de *This Bridge Called My Back*, coloca os pontos em seu devido lugar, explicando que o “sujeito” que fala na obra, ou seja, as mulheres racializadas de classe popular, dentro de sua diversidade, não são mulheres no mesmo sentido que as mulheres brancas ou anglas das classes favorecidas. Em vez de se construírem em relação aos homens (brancos, de sua classe), muitas delas também se

27 A obra referenciada, *This Bridge Called My Back*, ainda não possui tradução para o português. Trata-se de uma obra fundamental com relação à perspectiva feminista interseccional, publicada em 1981 e organizada por Cherrie Moraga e Gloria Anzaldúa. Vale ressaltar que a obra foi crucial para dar visibilidade à luta das mulheres Negras, Indígenas e Latinas dentro do movimento feminista, que frequentemente negligenciava suas perspectivas (Nota da tradutora).

construíram em relação a, e em oposição a, outras mulheres, brancas, de classes dominantes, suas patroas ou suas chefes, por exemplo:

“Em culturas nas quais ‘as relações assimétricas entre as raças e as classes são um princípio fundamental de organização da sociedade’, também é possível ‘se tornar mulher’ por oposição às outras mulheres” (ALARCÓN, 2011).

Ela acrescenta, também, que isso questiona não apenas a definição das mulheres racializadas, mas também a das mulheres “em geral” e, portanto, também das mulheres brancas ou anglos: “Em outras palavras, talvez seja também necessário problematizar o conjunto da categoria mulher” (ALARCÓN, 2011).

Além disso, ao retomar o tema do sujeito-mulher-racializada-de-classe-popular, Alarcón oferece uma clarificação decisiva:

A consciência, enquanto lugar de múltiplas expressões, de múltiplas vozes, é o sujeito teórico por excelência de Bridge. De maneira concomitante, essas vozes, essas expressões (ou fios temáticos) não são vistas como tendo necessariamente sua origem no sujeito, mas sim como discursos que atravessam a consciência e com os quais o sujeito deve lutar constantemente (ALARCÓN, 2011).

Assim, em uma perspectiva também antinaturalista, mas pós-moderna e não mais materialista, o feminismo Chicano propõe uma crítica decidida aos pressupostos que fundamentam a razão instrumental ocidental moderna, em particular do sujeito unificado e autônomo como fonte da consciência. Nesse sentido, ele dá início às análises decoloniais que se desenvolveriam a partir do fim dos anos 1990, na interface entre a parte “latina” do continente e os Estados Unidos.

A colonialidade do gênero: as colonizadas não são mulheres

A filósofa argentina residente nos Estados Unidos, María Lugones, que pode ser considerada a primeira teórica do feminismo decolonial, após a publicação de seu artigo *A colonialidade do gênero*, tornou-se famosa ao afirmar que as mulheres de cor (colonizadas, descendentes de colonizados) não eram mulheres (LUGONES, 2007).

Nesse texto extremamente denso, apoiando-se fortemente nas análises das mulheres e das feministas “*of color*” estadunidenses, que afirmaram a impossibilidade de separar gênero de raça, María Lugones dá continuidade e complementa o trabalho do sociólogo peruano Aníbal Quijano. Para esse autor, a invasão colonial de 1492 provocou um brutal processo de homogeneização e alterização das populações indígenas, e depois das populações deportadas da África, sob a forma de invenção da ideia moderna de raça, com a consequência de sua desumanização radical, justificando seu trabalho até a exaustão ou sua extermínio. Para Lugones, a invasão colonial simultaneamente criou o *gênero moderno-colonial*, uma imposição que ocorreu concomitantemente à da raça, sendo ambas de igual importância.

Longe de ser uma interpretação cultural contingente e inócua de um suposto dimorfismo sexual universal, esse “gênero” impõe sobre corpos, identidades, sexualidades e organizações sociais extremamente diversas, flexíveis, complexas e, às vezes, muito igualitárias, uma perspectiva dicotômica e rígida, assim como uma heterossexualidade redutora e repressiva. Pode-se reconhecer aí o eco das análises wittigianas, especialmente porque María Lugones inicialmente militou no movimento lésbico chamado “separatista” estadunidense, antes de se direcionar, sob o efeito do racismo, para as lutas das comunidades racializadas, especialmente latinas (FALQUET, a ser publicada).

Concretamente, para Lugones, a imposição colonial do gênero interfere imediatamente na separação racial entre colonizadas(os) e colonizadoras(es). De fato, o sistema de gênero imposto de ambos

os lados da fratura colonial não é o mesmo. Mais precisamente, os europeus e as europeias teriam se visto reconhecidos, além do sexo dito biológico, a posse de um gênero, isto é, sinal de cultura, de humanidade. Às fêmeas do lado colonial (que deviam, progressivamente e por contraste com os povos colonizados e escravizados, se tornar europeias e depois brancas) teria sido atribuído o que Lugones chama de o lado claro do gênero. Em outras palavras, uma feminilidade que se poderia chamar de “positiva”, embora Lugones não minimize seu caráter opressor. Essa feminilidade clara, que permanece até hoje, estava organizada em torno do casamento, da maternidade, da castidade e da fragilidade, com o projeto central de produção da raça (branca) e da classe (respeitabilidade e emburguesamento). Às outras e aos outros (primeiro, as e os indígenas, depois as e os deportados(as) da África, que gradualmente se tornariam Negras e Negros) teria sido atribuído apenas um sexo “biológico” (fêmeas e machos), sem gênero. As (Os) colonizadas(os) teriam, assim, sido colocadas(os) na categoria de animais não humanos, o que Lugones chama de o lado obscuro do gênero. Daí sua afirmação de que as colonizadas (as racializadas) não são mulheres.

Ao fim desse resumo das propostas teóricas de diferentes autoras, e apostas epistemológicas, observa-se, primeiramente, que, embora sigam caminhos distintos, as análises de algumas feministas e lésbicas-sapatonas Negras e decoloniais, assim como das materialistas francófonas, foram produzidas simultaneamente, mas em contextos globais e realidades pessoais muito diferentes. Mesmo sem ter havido diálogo direto, essas análises acabam por convergir. Todas afirmam que “A Mulher” não existe na Natureza, mas que é relevante entender a multiplicidade das mulheres produzidas pela história das diferentes sociedades simultaneamente à produção-categorização de outros grupos sociais. A reificação e a redução das pessoas colonizadas a seus corpos, animalizados, descritas por Lugones, que se apoia nos trabalhos das feministas Negras dos Estados Unidos, correspondem bem ao processo analisado por Colette Guillaumin, de transformação dos

grupos apropriados segundo lógicas de sexo e/ou de raça em simples “corpos-máquinas-à-força-de-trabalho”, tratados como bens móveis e simultaneamente animalizados, que os grupos dominantes utilizam conforme sua vontade para as atividades mais diversas, seja nas sociedades ocidentais contemporâneas, na Europa feudal da Idade Média ou nas plantações coloniais do século XVIII. As mulheres aparecem, assim, como uma categoria histórica, certamente atravessada por profundas diferenças ou, mais exatamente, por outros tipos de relações de poder, mas que, justamente como categoria histórica, pode ser articulada com outras relações sociais de poder, que também podem ser historicizadas. Essas diversas análises se enraízam em um interesse crítico compartilhado pelo processo de colonização europeia da América e do Caribe, indissociavelmente ligado ao genocídio das populações invadidas, ao tráfico transatlântico de pessoas escravizadas e à escravidão nas plantações.

Já mostrei, em outro momento, a importância do diálogo entre essas análises materialistas, Negras e decoloniais. Esse diálogo permite, entre outras coisas, compreender as lógicas da violência monstruosa dos colonizadores e colonizadoras da Europa em *Abya Yala*²⁸, particularmente o estupro tão frequente e muitas vezes quase sistemático das mulheres racializadas-colonizadas-escravizadas pelos homens brancos, mais claros e/ou mais ricos do que elas. Mas também explica a obrigação de levar até o fim as gestações e de criar as crianças assim geradas fora das estruturas familiares coloniais “legítimas”, ao colocar essa obrigação no processo de produção da mão de

28 A respeito do termo *Abya Yala*, este é tanto simbólico quanto político. Originário das línguas indígenas da América, especificamente da língua Guna (ou Kuna), falada pelos povos indígenas Guna, que habitam a região do Panamá e da Colômbia, a expressão *Abya Yala* é usada para se referir ao continente da América Latina. Seu significado indígena pode ser traduzido como “terra madura” ou “terra de sangue vital” (Nota da tradutora).

obra indispensável ao enriquecimento dos plantadores e ao desenvolvimento do capitalismo.

Dessa forma, aliadas, essas três perspectivas nos permitem compreender *a dinâmica histórica e aplicada da coconstrução das relações sociais de sexo, raça e classe*. Compreende-se, então, que a simples questão “o que é uma mulher”, se nos afastarmos da resposta naturalista, nos permite apreender muito mais, e muitas outras coisas: o passado e o presente ao redor do Atlântico Negro (GILROY, 1993) e, principalmente, nos dá as chaves para lutas necessariamente imbricadas para outros futuros. Daí o interesse, como se entendeu, do antinaturalismo e de pensar não a Mulher, mas *as mulheres*.

Referências

- ABREU, M. *et al.* Penser avec Colette Guillaumin aujourd’hui. **Cahiers du Genre**, [s. l.], n. 68, 2020.
- ALARCON, N. Le(s) sujet(s) théorique(s) de This Bridge Called My Back et le féminisme anglo-américain. **Les Cahiers du CEDREF**, Paris, n. 18, p. 97-115, 2011.
- ANZALDÚA, G. La conscience de la Mestiza: vers une nouvelle conscience. **Les Cahiers du CEDREF**, Paris, n. 18, p. 75-96, 2011.
- BACCHETTA, P.; FALQUET, J. Introduction. **Les Cahiers du CEDREF**, Paris, n. 18, p. 7-40, 2011.
- BEAL, F. Double Jeopardy: To Be Black and Female. In: BAMBARA, T. C. (ed.). **The Black Woman: an anthology**. York: Mentor Books, 1970. p. 90-100.
- BEAUVOIR, S. de. **Le deuxième sexe**. Paris: Gallimard, 1949.
- BILGE, S. Le blanchiment de l’intersectionnalité. **Recherches féministes**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 9-32, 2015.
- BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. London: Routledge, 1990.

- COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. Déclaration du Combahee River Collective. *In*: FALQUET, J.; LADA, E.; RABAUD, A. (eds.). **(Ré)articulation des rapports sociaux de sexe, classe et "race"**: repères historiques et contemporains. Paris: Université Paris-Diderot, 2006. p. 53-67.
- CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, p. 139-167, 1989.
- CRENSHAW, K. W. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, Stanford, n. 43, p. 1241-1299, 1991.
- CRENSHAW, K. W. Race, gender and sexual harassment. **Southern California Law Review**, Los Angeles, n. 65, p. 1467-1476, 1992.
- CURIEL, O. Pour un féminisme qui articule race, classe, sexe et sexualité: interview avec Ochy Curiel (République Dominicaine). **Nouvelles Questions Féministes**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 39-62, 1999.
- DANJE, M. Je chante l'amour collectif. *In*: COLLECTIF. **Afrotrans**: perspectives, entretiens, poésie, fiction. Paris: Cases Rebelles Editions, 2021. p. 69-112.
- DAVIS, K. L'intersectionnalité, un mot à la mode: ce qui fait le succès d'une théorie féministe. **Les Cahiers du CEDREF**, Paris, n. 20, 2015.
- DELPHY, C. **L'ennemi principal 1**: économie politique du patriarcat. Paris: Syllepse, 1970.
- FALQUET, J. Le capitalisme néolibéral, allié des femmes? Perspectives féministes matérialistes et imbricationnistes. *In*: VERSCHUUR, C.; GUÉTAT, H.; GUÉRIN, I. (coords.). **Sous le développement, le genre**. Paris: IRD, 2015. p. 365-387.
- FALQUET, J. Le Combahee River Collective, pionnier du féminisme Noir, Contextualisation d'une pensée radicale. *In*: FALQUET, J.; LADA, E.; RABAUD, A. (eds.). **(Ré)articulation des rapports**

- sociaux de sexe, classe et “race”**: repères historiques et contemporains. Paris: Université Paris-Diderot, 2006. p. 69-104.
- FALQUET, J. María Cristina Lugones: pérégrinations continentales d’une philosophe. *In*: DUFOIX, S.; ROSA, M. (ed.). **Sciences Sociales décentrées**. [S. l.: s. n.], (A paraître).
- FALQUET, J. Un féminisme matérialiste décolonial est possible: lire ensemble Colette Guillaumin et María Lugones. *In*: GALERAND, E.; JUTEAU, D.; PIETRANTONIO, L. (dir.). **Colette Guillaumin**: une sociologie matérialiste de la Race et du Sexe. Montréal: Cahiers de recherche sociologique, n. 69, 2020. p. 193-218.
- GABRIEL, J. Devenir l’homme Noir. *In*: COLLECTIF. **Afrotrans**: perspectives, entretiens, poésie, fiction. Paris: Cases Rebelles Editions, 2021. p. 221-245.
- GILROY, P. **The Black Atlantic**: modernity and double consciousness. London: Verso, 1993.
- GONZALEZ, L. La catégorie politico-culturelle d’amefricanité. **Les cahiers du CEDREF**, Paris, n. 20, 2015.
- GUILLAUMIN, C. Femmes et théories de la société: remarques sur les effets théoriques de la colère des opprimées. **Sociologie et sociétés**, Montréal, v. 13, n. 2, p. 9-32, 1981b.
- GUILLAUMIN, C. **L’idéologie raciste**. Paris: Gallimard, 2002.
- GUILLAUMIN, C. Le corps construit. *In*: GUILLAUMIN, C. **Sexe, race et pratique du pouvoir**: l’idée de nature. Paris: iXe, 2016. p. 113-136.
- GUILLAUMIN, C. Prática do poder e ideia de natureza. *In*: FERREIRA, V. et al. **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 27-100.
- GUILLAUMIN, C. Pratique du pouvoir et idée de nature. *In*: GUILLAUMIN, C. **Sexe, race et pratique du pouvoir**: l’idée de nature. Paris: iXe, 1992. p. 13-78.

- GUILLAUMIN, C. "Je sais bem mais quand-même" ou les avatars de la notion de "race". In: GUILLAUMIN, C. **Sexe, race et pratique du pouvoir**: l'idée de nature. Paris: iXe, 1992. p. 201-232.
- HILL COLLINS, P. **La pensée féministe noire**: savoir, conscience et politique de l'empowerment. Montréal: Editions du Remue-ménage, 2016.
- HILL COLLINS, P. Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought. **Social Problems**, [s. l.], v. 33, n. 6, p. 514-530, 1986.
- HILL COLLINS, P. Toujours courageuses [brave]? Le féminisme noir en tant que projet de justice sociale. **Les Cahiers du CEDREF**, Paris, n. 20, 2015.
- HULL, G. T.; SCOTT, P. B.; SMITH, B. (ed.). **All the Women Are White, All the Blacks Are Men, but Some of Us Are Brave**: Black Women's Studies. New York: The Feminist Press, 1982.
- JUTEAU, D. Construire les notions de « race » et de « sexe »: le trabalho d'une précurseure. In: GALERAND, E.; JUTEAU, D.; PIETRANTONIO, L. (dirs.). **Colette Guillaumin**: une sociologie matérialiste de la Race et du Sexe. Montréal: Cahiers de recherche sociologique, n. 69, 2020. p. 21-46.
- KRAUS, C. La bicatégorisation par 'sexe' à l'épreuve de la science. In: GARDEY, D.; LÖWY, I. (coords.). **L'invention du naturel**: les sciences et la fabrication du féminin et du masculin. [S. l.]: Editions des archives contemporaines, 2000. p. 187-213.
- LAMOUREUX, D. La notion de sexage et les enjeux féministes contemporains. In: GALERAND, E.; JUTEAU, D.; PIETRANTONIO, L. (dirs.). **Colette Guillaumin**: une sociologie matérialiste de la Race et du Sexe. Montréal: Cahiers de recherche sociologique, n. 69, 2020. p. 77-88.
- LASSERRE, A. Des féministes qui ne sont pas féministes? **GLAD!**, [s. l.], n. 4, 2018.
- LUGONES, M. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

- MATHIEU, N.-C. **L'anatomie politique**: catégorisations et idéologies du sexe. Paris: iXe, 2013.
- MATHIEU, N.-C. Paternité biologique, maternité sociale. *In*: MICHEL, A. (ed.). **Femmes, sexisme et sociétés**. Paris: Presses Universitaires de France, 1977. p. 39-48.
- TABET, P. Fertilité naturelle, reproduction forcée. *In*: MATHIEU, N.-C. (ed.). **L'Arraisonnement des femmes**: essais en anthropologie des sexes. Paris: Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), 1985. p. 61-146.
- THIAM, A. **La Parole aux négresses**. Paris: Denoël/Gonthier, 1978.
- WITTIG, M. La pensée straight. *In*: WITTIG, M. **La pensée straight**. Paris: Amsterdam, 2007a. p. 53-61.
- WITTIG, M. On ne naît pas femme. *In*: WITTIG, M. **La pensée straight**. Paris: Amsterdam, 2007b. p. 43-52.